

Environmental-energy compliance and business eco-efficiency: pandemic scenario of Covid-19

Compliance ambiental-energético e a ecoeficiência empresarial: cenário na pandemia da Covid-19

Priscila Elise Alves Vasconcelos

 <https://orcid.org/0000-0001-8747-9920>

Cleyson de Moraes Mello

 <https://orcid.org/0000-0002-3306-6116>

Paulo Sérgio Vasconcelos

 <https://orcid.org/0000-0002-0480-7587>

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai.17.peav>

Keywords: Environmental compliance, Sustainability, Renewable energy, Governance, Pandemic period

Abstract

The search for the effectiveness of environmental public policies is one of the major challenges of the 21st century. Therefore, in an analysis of the strategic business context, corporate management techniques began to be used in order to enable the achievement of eco-efficiency. In the energy sector it does not make a different way. Compliance was used as a management mechanism and reach of sustainability paradigms. The research was developed using the exploratory and bibliographic context, with analysis of official data, scientific articles from the main databases and specific literature. At the end, it was possible to verify the importance of applying the technique to companies in the energy sector, as well as its influence on the Covid-19 pandemic period in 2020.

Author Biographies

Priscila Elise Alves Vasconcelos

Doutora em Direito pela Universidade Veiga de Almeida, com estágio pós-doutoral em Direito das Cidades pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Mestra em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Especialista em Direito Público e Direito Privado pela EMERJ/ESA; Especialista em Meio Ambiente pela COPPE UFRJ. Professora da Universidade Federal de Grande Dourados - UFGD. Pesquisadora do GGINNS. Bolsista PROSUP/CAPES/UVA.

Cleyson de Moraes Mello

Doutor em Direito pela Universidade Gama Filho (2006), com Pós-Doutorado em Teoria do Direito (Direito Natural, Dignidade da Pessoa Humana, Cura e Ontologia) pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB (2018-2019). Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2001) Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UERJ. Professor do PPGD da UVA. Professor do PPGD da UERJ. Professor Adjunto do Departamento de Teorias e Fundamentos do Direito da Faculdade de Direito da UERJ. Coordenador da Graduação do Curso de Direito da UniFAA. Coordenador da Graduação da Faculdade de Direito da UERJ (2016-2019); Vice-Chefe do Departamento de Teorias e Fundamentos do Direito da UERJ (2016-2019); Diretor Adjunto da Faculdade de Direito de Valença - FAA/FDV (2007-2019). Professor Titular da Universidade Estácio de Sá. Professor Adjunto da Unisuam.

Paulo Sérgio Vasconcelos

Doutor em Planejamento Energético pela COPPE UFRJ. Mestre em Administração, MBA Executivo pela COPPEAD UFRJ; Economista. Professor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP UFGD.

References

ATTANASIO, C.; RODRIGUES, R.; GANDOLFI, S.; NAVE, A. Adequação ambiental de propriedades rurais recuperação de áreas degradadas restauração de matas ciliares. USP - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - Departamento de Ciências Biológicas-Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal, 2006. Disponível em: [www.esalq.usp.br/gerd/Recuperacao/ApostilaTecnicoLERFFinall.pdf]. Acesso em: 20.07.2019.

BANCO DO BRASIL Reconhecimento das ações em responsabilidade socioambiental. Disponível em: [www.bb.com.br/pbb/sustentabilidade/reconhecimento-das-acoes-em-responsabilidade-socioambiental#/]. Acesso em: 20 .07. 2019.

BONSUCRO. Better Sugarcane Initiative. Disponível em: [http://bonsucro.com/site/certification-process/certification-system/?lang=pt]. Acesso em: 27.07.2019.

BREUS, Thiago Lima; GUIMARÃES, Fernando Vernalha; PETIAN, Angélica; MARCHESI, Bruna. Soluções jurídicas em Compliance e Anticorrupção. Disponível em: [www.vgplaw.com.br/compliance]. Acesso em: 02.07.2019.

BRITES, Elise B. Compliance como ferramenta para enfrentamento da pandemia da Covid-19.jus.com.br, 2020. Disponível em: [https://jus.com.br/artigos/80489/compliance-como-ferramenta-para-enfrentamento-da-pandemia-covid-19] . Acesso em: 16.06.2020.

CIBERDÚVIDAS DA LÍNGUA PORTUGUESA. A origem da palavra corrupção. Disponível em: [https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-origem-da-palavra-corrupcao/21753]. Acesso em: 27 .05.2020.

CORPORATE KNIGHTS. 2019 Global 100 ranking, 22.01.2019. Disponível em: [www.corporateknights.com/reports/2019-global-100/2019-global-100-results-15481153/]. Acesso em: 22.06.2020.

CORPORATE KNIGHTS. 2020 Global 100 ranking, 21.01.2020. Disponível em: [www.corporateknights.com/reports/2020-global-100/2020-global-100-ranking-15795648/]. Acesso em: 22.06.2020.

CREDIDIO, Guilherme S. O compliance empresarial como ferramenta de redução da corrupção. Revista CE], Brasília, Ano XXII, n. 74, jan./abr. 2018. Disponível em: [www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_boletim_2006/Rev-CE_n. 74.09.pdf] . Acesso em: 25.07.2019.

DO]. U .S. Department of Justice Criminal Division. Evaluation of Corporate Compliance Programs. 2020. Disponível em: [www.justice.gov/criminal-fraud/page/file/937501/download]. Acesso em: 29.04.2021.

ECYCLE. Usina de cana de açúcar brasileira é a 1 ª a receber certificação ambiental. Disponível em: [www.ecycle.eom.br/component/content/article/8-tecnologia-a-favor/530-usina-de-cana-de-acucar-brasileira-e-a-1o-a-receber-certificacao-ambiental.html]. Acesso em: 27.07.2019.

GABARDO, Emerson; CASTELLA, Gabriel Morettini e. A nova lei anticorrupção e a importância do compliance para as empresas que se relacionam com a administração pública. Belo Horizonte: Revista de Direito Administrativo & Constitucional , ano 15, n. 60, p. 129-14 7, abr./jun., 2015.

GEA, Mareio M.; TRAUB, Guilherme; GOMIDE, Daniel S. Medidas de compliance e governança em tempos de Covid-19 e as normas societárias emergenciais de março e abril de 2020. Migalhas , 21.04.2020. Disponível em: [www.migalhas.com.br/depeso/325121/medidas-de-compliance-e-governanca-em-tempos-de-covid-19-e-as-normas-societarias-emergenciais-de-marco-e-abril-de-2020]. Acesso em: 15.06.2020.

GIOVANINI, Wagner. Pandemia e Compliance: As vantagens de quem se preparou para a crise. Compliance Total, 2020. Disponível em: [www.compliancetotal.com.br/artigos/detalhe/80/pandemia-e-compliance-as-vantagens-de-quem-se-preparou-para-a-crise-]. Acesso em: 20.06.2020.

LAPA, Reginaldo Pedreira. Eco eficiência. O que é? Investir em ecoeficiência? Exatamente! Entenda o conceito e saiba a importância de investir neste conceito. Segurança em futuro, [s.d]. Disponível em: [http://segurancatemfuturo.com.br/index.php/2016/09/15/o-que-e-e-por-que-as-em-presas-devem-investir-na-ecoeficiencia/]. Acesso em: 06.05.2020.

LEC. Compliance no setor de energia elétrica: muita luz sobre o setor. 18.09.2019. Disponível em: [https://lec.com.br/blog/compliance-no-mercado-de-energia-eletrica-muita-luz-sobre-o-setor/]. Acesso em: 20.06.2020.

MAJUMDAR, Somendu B. Voluntary Environmental Compliance Auditing: A Primer. *Fordham Environmental Law Journal*, v. 7, n. 3, p. 817-859, 1996.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Responsabilidade socioambiental. Disponível em: [www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental.html]. Acesso em: 20.07.2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Produção e Consumo Sustentável. Disponível em: [www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel.html]. Acesso em: 20.07.2019.

MODESTO, Paulo. Notas para um debate sobre o princípio constitucional da eficiência. *Revista do Serviço Público*, v. 51, n. 2, p. 105-119, abr./jun., 2000.

NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. 1972. Disponível em: [<https://nacoesunidas.org/agencia/pnuma/>]. Acesso em: 20.07.2019.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Manual de Improbidade administrativa, 7. ed. São Paulo: Método, 2019.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Organização administrativa, 4. ed. São Paulo: Método, 2018.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; ACOCELLA, Jéssica. A exigência de programas de compliance e integridade nas contratações públicas: o pioneirismo do Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Direito Público*, v. 17, n. 64, jan./mar., p. 9-30, 2019.

ONU. 17 Desafios para o Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030. Disponível em: [<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>]. Acesso em: 15.08.2019.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. Reforma do Estado e Administração Pública gerencial. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

RELATÓRIO DE BRUNTLAND. Nosso Futuro Comum. Disponível em: [www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm]. Acesso em: 20.07.2019.

SILECCHIA, Lucia Ann. Ounces of Prevention and Pounds of Cure: Developing Sound Policies for Environmental Compliance Programs. *Fordham Environmental Law Journal*, v. 7, n. 3, p. 583-634, 1996.

UFJF Notícias. Pandemia e Meio Ambiente: Impactos momentâneos ou nova normalidade? 24.04.2020. Disponível em: [www2.ufjf.br/noticias/2020/04/24/pandemia-e-meio-ambiente-impactos-momentaneos-ou-nova-normalidade/]. Acesso em: 19.06.2020.

UNICA - União da Indústria de Cana de Açúcar. Selo Energia Verde. Disponível em: [<http://unica.com.br/selo-energia-verde>] . Acesso em: 20.07.2019.

VASCONCELOS, Priscila E. A. A responsabilidade jurídico-ambiental das usinas sucroenergéticas e a recuperação de áreas degradadas. Rio de Janeiro: Ed. Processo. 2019.

VASCONCELOS, Priscila E. A.; LOPES, Ingrid F. ; FERNANDES, Sanny B. O. Análise do compliance na Administração Pública sob a égide dos princípios constitucionais. In: MELLO, C. M.; FIGUEIRA, H. L. M.; MARTINS, V (coords.). Democracia e Direitos Fundamentais. Estudos em Homenagem ao Professor Leonardo Rabelo. Rio de Janeiro: Ed. Processo. 2019.

VASCONCELOS, Priscila E. A. ; OLIVEIRA, Rafael C. R. Compliance ambiental: a busca pela efetividade na aplicação das normas ambientais. In: OLIVEIRA, R. C. R.; ACOCELLA, J. (coord.). Governança Corporativa e Compliance. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

VASCONCELOS, Priscila E. A. e VASCONCELOS, Paulo S. Responsabilidade Ambiental e Sustentabilidade das Usinas de Bioenergia. X CBPE Congresso Brasileiro de Planejamento Energético, 2016, Gramado, RS. Oferta e Demanda de Energia: O papel da tecnologia da Informação na Integração dos Recursos, 2016.

VELLANI, Cassio L; GOMES, Carla C. M. P. Como medir a ecoeficiência empresarial. XIII SEMEAD, set. 2010. Disponível em: [<http://sistema.semead.com.br/13semead/resultado/trabalhosPDF/215.pdf>]. Acesso em: 10.06.2020.

Legislação

BRASIL Lei Anticorrupção. Lei nº 12.846, publicada em 01 de agosto de 2013. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112846.htm]. Acesso em: 26.05.2020.

BRASIL Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112846.htm]. Acesso em: 27.07.2019.

BRASIL Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012. Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112683.htm]. Acesso em: 27.07.2019.

Published

2021-07-01

How to Cite

VASCONCELOS, P. E. A.; MELLO, C. de M.; VASCONCELOS, P. S. Environmental-energy compliance and business eco-efficiency: pandemic scenario of Covid-19: Compliance ambiental-energético e a ecoeficiência empresarial: cenário na pandemia da Covid-19. **Journal of Public Law and Infrastructure**, Thomson Reuters - RT, São Paulo, v. 5, n. 17, p. 149-166, 2021. DOI: 10.48143/rdai.17.peav. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/372>. Acesso em: 12 aug. 2021.

More Citation Formats

Issue

[Vol. 5 No. 17 \(2021\)](#)

Section

Compliance

License



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](#).

This journal is licensed by



([CC BY-NC-ND](#))

Submission and publication of articles are free; peer-reviewed; the journal uses CrossCheck (anti-plagiarism); and complies with the COPE Editors' Guide; Committee on Publication Ethics, in addition to the Elsevier and SciELO recommendations. [Check the Rules for the submission and evaluation of the RDAI](#).

0

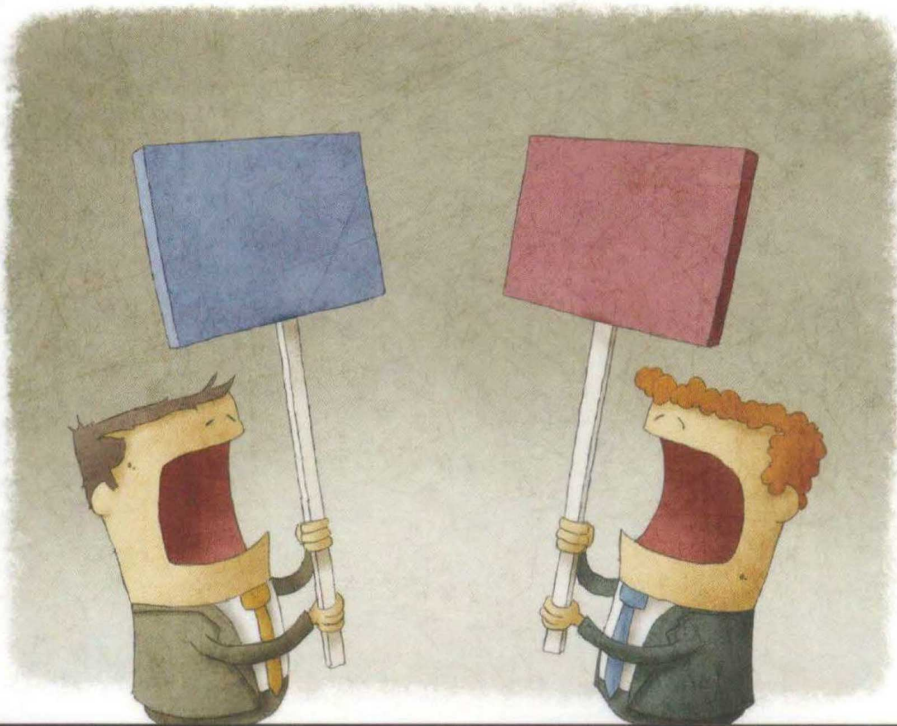
[Make a Submission](#)**Information**[For Readers](#)[For Authors](#)[For Librarians](#)**Language**[English](#)[Português \(Brasil\)](#)[Español \(España\)](#)[Français \(France\)](#)[Italiano](#)

© Journal of Administrative Law and Infrastructure – RDAI | e-ISSN: [2675-9527](#) | ISSN: [2526-8120](#)
1510 Gomes de Carvalho Str. 9 floor | Vila Olímpia | 04547-005 | São Paulo-SP | Brazil | Call: +55 (11) 3058-7800
[Collection](#) - [Search](#) - [Contact](#) - [Log in](#) - [Sing up](#) - [Rules](#)

Platform &
workflow by
OJS / PKP

NESTA EDIÇÃO:

ÉTICA DA DISCUSSÃO E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: O ADMINISTRADOR PÚBLICO MENTIROSO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, INFRAESTRUTURA,
REGULAÇÃO E COMPLIANCE

• **RDAl** 17

ANO 5 • n. 17 • abr.-jun. • 2021

*Journal of Administrative Law, Infrastructure,
Regulation and Compliance*

N. 5 • ISSUE 17 • April – June • 2021

COORDENAÇÃO

**AUGUSTO NEVES DAL POZZO E
RICARDO MARCONDES MARTINS**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**